



Sábado

09-01-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 576 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 16

AS TESTEMUNHAS

CASO TANCOS. A INSTRUÇÃO ARRANCOU ESTA SEMANA

Fogo cruzado

Um coronel da GNR decidiu chamar ao processo os principais responsáveis pela investigação do caso. Advogados preparam ataque a Paulo Lemos, o informador da Polícia Judiciária, conhecido como Fechaduras.

Por Carlos Rodrigues Lima



Polícia
Luís Neves liderava a Unidade Nacional Contra Terrorismo, que investigou Tancos



Procurador
João Melo esteve no MP a investigar o caso de Tancos. Saiu e foi para a direção da PJ

FOTOS DAVID MARTINS

Depois de dois anos como responsáveis pela investigação do caso do furto/achamento do material militar de Tancos, os procuradores Vítor Magalhães e João Melo mais o atual diretor da Polícia Judiciária, Luís Neves, foram chamados como testemunhas para a fase de instrução. A iniciativa partiu de Lúcia Reis, advogada do coronel da GNR Amândio Marques, mas alguns dos restantes advogados poderão aproveitar a oportunidade (caso o juiz Carlos Alexandre autorize os respectivos depoimentos) para os questionar sobre o desenrolar da investigação, em especial quanto ao papel de

Paulo Lemos, Fechaduras, o arrependido do processo. De acordo com advogados ligados ao processo, há um "conjunto de dúvidas" sobre a forma como a informação foi gerida, já que "a Polícia alegou que o informador pediu anonimato" e este, alegam, "quando foi ouvido garantiu nunca ter pedido tal estatuto, até porque acabou por ser ouvido e as suas declarações foram filmadas". Acusado, em coautoria, de cinco crimes (associação criminosa, tráfico e mediação de armas, falsificação de documento, denegação de justiça e favorecimento pessoal), o coronel Amândio Marques chamou os três responsáveis pela investigação à ins-

trução do processo para, segundo alega a defesa, demonstrar que não só não estava a par da operação paralela da Polícia Judiciária, como deu conta das suas desconfianças aos procuradores e diretamente a Luís Neves, à altura dos factos diretor da Unidade Nacional Contra Terrorismo da Polícia Judiciária, que estava a investigar o caso. Segundo fonte judicial, apenas o procurador Vítor Magalhães está impedido de prestar depoimento como testemunha, já que assinou o despacho de acusação. João Melo, por sua vez, está atualmente como número dois da Polícia Judiciária, agora liderada por Luís Neves. ■